



O EXERCER DOCENTE NOS CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA MINISTRADA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE PRACTICE OF TEACHING IN THE CONTEXT OF FINANCIAL EDUCATION, AS TAUGHT IN BASIC EDUCATION

Fernanda Florindo de Souza¹

Wagner Barbosa de Lima Palanch²

DOI: 10.5281/zenodo.21865614

RESUMO

Nesta produção, aborda-se a prática docente acerca da Educação Financeira, ministrada na Educação Básica. Neste estudo, o objetivo define-se em abordar os marcos centrais da Educação Financeira, as implicações da formação e práticas docentes concernentes à temática. Dialoga-se por meio dos marcos centrais da Educação Financeira e seus aspectos integrativos. Percorre-se por reflexões das implicações nestes processos, acerca da forma docente e seus aspectos de construção crítica. Colocam-se práticas transcorridas na Educação Básica e registradas no meio acadêmico. Evidenciam-se os potenciais formativos, diretamente vinculados às intencionalidades educativas. Por fim, apresenta-se como a leitura integrada das frentes estudadas, que convergem para a construção de literacia financeira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira; Educação Básica; literacia financeira; construção crítica; formação docente

ABSTRACT

This study addresses teaching practices related to Financial Education in Basic Education. Its objective is to explore the central pillars of financial education, the implications for teacher

¹ Doutoranda pela Universidade Cruzeiro do Sul - Mestre em Práticas Docentes no Ensino Fundamental pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) – nanda-florindo@hotmail.com

² Professor na Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) - Pós-Doutor em Políticas Públicas e Desenvolvimento Curricular pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutor e Mestre em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - wagner.palanch@gmail.com



training, and teaching practices concerning this topic. The discussion revolves around the central pillars of Financial Education and its integrative aspects. It explores the implications of these processes, focusing on teaching methods and their critical construction. Practices implemented in Basic Education and documented in academia are presented. The formative potential directly linked to educational intentions is highlighted. Finally, it presents an integrated reading of the studied perspectives, converging towards the construction of financial literacy.

KEYWORD: Financial education; Basic education; financial literacy; critical thinking; teacher training

INTRODUÇÃO

Haja vista a Educação Básica no Brasil como incursa em um cenário multifacetado e polissêmico, vastos são os campos proeminentes de investigações acadêmicas. Em vista de uma maior abrangência reflexiva, delimita-se como foco investigativo o exercer docente e suas múltiplas implicações, na vertente da Educação Financeira, ministrada na Educação Básica.

A presente produção tem como objetivo abordar a Educação Financeira, em vista de uma breve cronologia, de marcos centrais. Utiliza-se a revisão bibliográfica como estrutura metodológica. Vinculam-se os fomentos teóricos e o fluxo prático, pertencente ao repertório acadêmico. No confluir da leitura, apontam-se vistas prospectivas e reflexões do todo.

Primeiramente, apresentam-se marcos centrais, da insurgência da Educação Financeira, às bases educacionais atualmente em vigência. Apresentam-se vinculações da proposta, intencionalidades educativas explícitas e implícitas. Em continuidade, abordam-se as implicações da formação docente, frente ao objetivo de educar financeiramente. Colocam-se posicionamentos teóricos, em apontamento direto com a necessidade de sólida formação inicial e constante permanente. Na sequência, apresentam-se práticas estruturadas no viés da Educação Financeira, descritas no formato acadêmico. Busca-se assim estabelecer vinculação, com a centralidade do processo, como viável e concreta, quando estruturada para tal. Por fim, nas considerações finais, integram-se aos aspectos da temática, nos quais os pontos tratados confluem.

Visa-se contribuir, como fonte de leitura e reflexão, para comunidade acadêmica. Vinculam-se com autores referentes, por meio da centralidade das propositivas. Volta-se a instigar ressignificações, das quais provém a análise integral deste estudo. Coloca-se como



intangível abarcar a totalidade da temática, portanto, registram-se pontos fundamentais em cada etapa desta produção.

2. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira, como parte da Educação Básica, descreve-se por meio de um histórico multifacetado, de construção permanente no seu corpo constitutivo. Tal cronologia descrita na leitura de Kistemann Júnior (2020) e de Silva; Powell (2015), aporta seu marco inicial em solo estrangeiro, no qual embasa e impulsiona as ações no Brasil. Colocam-se pontos deste percurso, a fim de evidenciar as implicações. Salientam-se dados correlatos quanto a educar financeiramente, em termos de intencionalidades explícitas e implícitas.

Os primeiros movimentos do educar financeiramente aportam-se na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também reconhecida como Ministério Mundial da Educação. “Desde então, o poder da OECE³ em influenciar as políticas dos países associados e países colaboradores foi herdado pela OCDE, que no século XXI continua a estabelecer padrões internacionais nas diversas áreas sociais dos países, principalmente na área educacional” Kistemann Júnior (2020, p.17). De acordo com o autor, foi criada em 1948, por meio dos recursos do fundo monetário americano, seu marco de origem em 1960, compunha-se da finalidade de reconstrução do continente europeu, após a Segunda Guerra Mundial.

Em 1961, a organização estabelece um grupo de estudo, com o objetivo de sugerir novos currículos escolares de Ciência e Matemática, sendo promotores da economização da educação. Na década de 1990, atingem o ápice ao idealizar testes educacionais com resultados comparativos. “De fato, quando observamos o contexto mundial, constatamos que o ensino do assunto se dá por meio de diversas organizações do setor privado e agências do governo, às vezes ligadas à educação e às vezes, não: como no caso de quando se trata de bancos centrais, por exemplo” Silva; Powell (2015, p. 15). Em consonância com as ocorrências e demandas globais, a OCDE, como ação educacional, inicia em 2003 as atividades no campo da Educação

³ Como consta no site Gov PT (2026), Organização Europeia de Cooperação Económica OECD, criada em 16 de abril de 1948. Em 14 de setembro de 1960, foi assinado em Paris o acordo de cooperação, transformando-se na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 3 de setembro de 1961, entrou em vigor a nova denominação.



Financeira. Em suas práticas, intensifica a promoção do capital humano, em prol do sistema financeiro. No ano de 2006, é reconhecida pelo grupo das nações mais industrializadas e desenvolvidas (G8), quanto ao seu papel centralizador da temática.

Uma das primeiras e das mais citadas definições de Literacia Financeira, ao nível internacional, foi introduzida pela National Foundation for Educational Research (1997), que definia Literacia Financeira como a capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões efetivas tendo em vista a gestão do dinheiro. (Kisteman Júnior, 2020, p. 15).

O conceito de capital humano permeia todo o processo formativo acerca da temática financeira. Tais conceitos encontram estreitamento direto com as definições de Literacia Financeira. De acordo com o autor supracitado, o capital humano refere-se ao contingente no qual opera o giro funcional para os sistemas econômicos. Visa-se formar para o bem da economia, exemplifica-se no objetivo de avançar no contingente de cidadãos bancarizados funcionais, no cenário capitalista.

As diferentes definições que, em geral, são apresentadas de Educação Financeira e Literacia Financeira nos ajudam a entender a perspectiva sobre o que se pretende com as propostas de Educação Financeira, seja na perspectiva da OCDE ou de outras organizações e instituições financeiras. Observamos que muitos programas buscam atender públicos-alvo específicos como investidores, consumidores em geral, empresários e trabalhadores (Silva; Powell, 2015, p. 10).

Dada a importância refletida em Kistemann Júnior (2020), acerca das múltiplas implicações do capital humano, cabe destacar pontos centrais. Evidencia-se a formação escolar como mecanismo do capitalismo, ao influenciar as bases do ensino, assim como o corpo estruturante delimitado nos conceitos de literacia financeira. Quanto às bases regimentais formativas, são estruturadas de forma unívoca para o sistema econômico global, esvaziam-se pontos centrais na formação. Guarda relevância apropriar-se do sistema, para a incorporação de forma autônoma. Para muito além de estar ciente de que pode aderir ao sistema bancarizado, faz-se urgente saber analisar intencionalidades, refletir para si se aquela proposta feita é realmente tão próspera quanto apresentada e, principalmente, o quanto encaixa no seu contexto de vida.

Em suma, os argumentos pró-Capital Humano nos moldes da OCDE e Fórum Econômico Mundial convergem para a ideia de educação como atividade primariamente econômica. Tal ideia impactará e influenciará as propostas curriculares, inclusive propostas relativas à promoção de literacia financeira, com ênfase em tópicos que promovam a gênese de capital humano capaz de consumir produto financeiros ofertados pelas instituições financeiras. Em outros termos, a partir da economização das escolas, dos currículos e das práticas sociais, as instituições de ensino, em seus diversos níveis, deveriam funcionar como apêndices do sistema econômico global. (Kistemann Júnior, 2020, p.16)



Entretanto, de forma articulada com as movimentações globais, transcorrem em solo nacional movimentações no âmbito do educar financeiramente. Desde o ano 2000, faz parte do rol do Banco Central do Brasil (BC) promover a imersão da população no sistema bancário.

No ano de 2004, o “Projeto de Lei 3.4015 de 2004”, de autoria do deputado federal Lobbe Neto, Brasil (2004) cria a disciplina de Educação Financeira. Integra-se ao currículo de Matemática, com foco na literacia financeira, por meio das práticas escolares. Centralizam-se as ações na Educação Financeira e Previdenciária, descrita como promotora de cidadania, com apontamentos para formação de população de investidores confiáveis.

A este percurso, soma-se o documento “Brasil: Implementando a Estratégia de Educação Financeira”, publicado pelo G20 (grupo dos 20 países mais ricos do mundo) e pela OCDE. Documento, elaborado pelo Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil (BC) em contribuição com o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), busca-se oferecer marcos direcionais sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

No ano de 2007, no Brasil, o comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais e Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) reuniu os quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional: Banco Central do Brasil (BC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com o objetivo de propor à ENEF diretrizes à Educação Financeira.

Em sequência, já em 2009, apresenta-se a referida elaboração como primeira versão da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). No ano de 2010, por meio do Decreto Presidencial 7.397, estabeleceu-se a ENEF e criou-se o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Desde então, a temática é compartilhada entre órgãos públicos e a sociedade.

Deste trâmite, advém a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em caráter de política pública, lançada em 2010, com a proposta de promover a Educação Financeira e Previdenciária, e formação de consumidores conscientes. Para tanto, realizou estudos investigativos quanto a itens como: reservas próprias, endividamento, consumo do público alheio ao sistema bancário, baseados nos critérios da OCDE. Na culminância,



identificou-se falta de conscientização, inabilidade de autogestão financeira e baixa renda, assim como prevalência nas minorias étnicas.

Em Kistemann Júnior (2020) e Silva; Powell (2015), reflete-se acerca da temática. Citam-se inicialmente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), datados de 1997 e 1998. O referido documento não encontra força de lei, entretanto, abre diálogo e reflexão. Constatase a ausência de referência direta à Educação Financeira. Entre outros temas, destaca-se a natureza econômica, que, dentro de tal contexto histórico, indicava um avanço. Entretanto, iguala-se como um direito o consumo, trabalho e moradia. Coloca-se a área da Matemática como fornecedora de instrumentos para análise de dados. De acordo com os autores, tais propostas são referências indiretas à Educação Financeira, na qual suscita avanços conceituais e reflexivos.

Retoma-se então a reflexão dos autores, mediante a análise da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), promulgada em 2017 e 2018. Na qual observa-se avanço, ao citar a Educação Financeira como transversal, com prática interdisciplinar. “Do que foi exposto em termos de análise dos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), entendemos que a possibilidade de inserção da Educação Financeira na escola básica evoluiu na BNCC, comparativamente aos PCN” Kistemann Júnior (2020, p. 127). No entanto, segundo os autores supracitados, as menções diretas constam no currículo da área de Matemática, sem apontamentos de como fluir além da área alocada, incumbem-se aos sistemas escolares a contextualização.

A saber, a Educação Financeira, em sua cronologia frente aos marcos citados, impulsiona reflexões como: Por que e para quem se direcionam os esforços educacionais? Trata-se de quais domínios da literacia financeira busca-se alcançar. Tal discussão não gira apenas em contornos próprios. Ao esvaziar a reflexão das motivações, encadeiam-se inúmeras problemáticas, nas quais são plurais. Evidencia-se a construção do educar financeiramente, em estreito vínculo com as intencionalidades explícitas e implícitas.

Em geral, têm restringido tais valores e competências à gênese de um capital humano que seja capacitado para render no mercado de trabalho, culminando em agente para o aumento da produtividade, muitas vezes sem levar em conta o contexto ecológico e sustentável. Além disso cultuam valores e competências para as ações de indivíduos consumidores que estarão habilitados a consumir produtos financeiros, a manipular instrumentos financeiros, servindo às disposições e necessidades do mercado econômico (Kistemann Júnior, 2020, p. 36)



Assim, explicita-se a jovialidade cronológica da Educação Financeira, em termos de insurgência e espaço temporal para construções e desdobramentos. Tal demanda conversa com diversos alargamentos reflexivos. Faz-se necessário a apropriação da temática, dos contornos de insurgência e alocação no ensino. Uma das inquietações investigativas, na qual se coloca como um elo neste processo, é a formação do professor. Estar apropriado dos contornos, advindos do objetivo de educar financeiramente, urge tanto quanto formação inicial e permanente robusta, como indivisíveis todo o educativo. Nota-se assim o potencial formativo da Educação Financeira no percurso educacional prospecto.

2. O EXERCER DOCENTE

Ao percorrer o exercício docente, considera-se essencial estudos acerca da formação permanente, reflexão e os alcances. O professor encontra-se na biografia de todos os cidadãos, com vínculos na escolarização formal. Neste prisma observacional, destacam-se os alargamentos, advindos de estudiosos acerca da temática. Dialoga-se entre os pressupostos teóricos e as implicações.

Da função docente, infindáveis definições advêm. Toma-se como referencial a práxis, ação e reflexão sobre a realidade, assume-se como ação o empírico e a reflexão dos alicerces teóricos. “Se ação e reflexão, como constituintes inseparáveis da práxis, são a maneira humana de existir, isto não significa, contudo, que não estão condicionadas, como se fossem absolutas, pela realidade que está o homem” Freire (2007, p. 8). Uma vez o docente imerso neste processo, afeta tanto quanto é afetado, seu potencial formador de consciências torna-se evidente.

Tendo em vista o Educar Financeiramente, imerso nos contornos da formação plena do estudante, tem-se o impregnar pela ciência e pelas tecnologias. Elas se somam na formação do professor e nas práticas em sala de aula. “Se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa da humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com os quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa” Freire (2007, p. 8). Inspirar os estudantes a pensar, a tomar decisões, a analisar ancoragens conceituais e providir das problemáticas, assim como situar-se como um cidadão histórico de direitos e deveres, permeia o ofício docente.



Uma vez esvaziada a dimensão reflexiva de execução docente, aponta-se para formação subserviente, a serviço de produção em linha, das consciências de todos os atores educacionais. Lê-se: “Elas incluem: o apelo pela separação de concepção de execução; a padronização do conhecimento escolar com interesse de administrá-lo e controlá-lo e a desvalorização do trabalho crítico intelectual de professores e estudantes pela primazia de considerações práticas” Giroux (1997, p. 160). Deve-se alocar o docente no processo como produtor e responsável pelo processo. Atribuir a este a função de executor compromete a formação de toda a sociedade.

Ao pensar no docente nos contornos da Educação Financeira, no qual realiza movimento dialógico com diversos campos do saber, aponta-se para profissionais com o seu repertório valorizado, empenhados em subsidiar a construção da criticidade. Uma vez reduzido o exercício do ofício ao cumprimento burocrático, estabelece-se um cenário desfavorável na formação educacional.

Dentro deste discurso, os professores podem ser vistos não simplesmente como “operadores profissionais profissionalmente preparados para efetivamente atingir quaisquer metas a eles apresentadas”. Em vez disso, eles deveriam ser vistos como homens e mulheres livres, com uma dedicação especial aos valores do intelecto e ao fomento da capacidade crítica dos jovens. (Giroux, 1997, p. 161).

Tendo em vista os mesmos focos de recorte até então tratados, embasa-se na referência: “Meu objetivo, pois, ao introduzir no debate educacional a ‘teoria da curvatura da vara’, foi o de polemizar, abalar, desinstalar, inquietar, fazer pensar” Saviani (2008, p. 48). Para o autor, pendular entre extremos opostos até a centralidade é a tônica. Nesta visão, tais princípios, com inquietar e fazer pensar, conjugam-se na formação inicial, continuada e no exercer docente. Para, assim como o autor, polemizar e inquietar, faz-se necessário a apropriação das bases. Quando o docente se encontra alheio aos contornos nos quais se estruturam os processos educativos, deixa de somar com tais propositivas.

A prática prevista em Saviani (2008) implica em etapas nas quais convergem na sua leitura, do entendimento vivido dos contextos por imersão. “O ponto de partida seria a prática social (primeiro passo), que é comum a professor e aluno” Saviani (2008, p. 48). Esta prática requer origens, localização, implicações e prospectos. Exemplifica-se na questão da Educação Financeira para a bancarização. Dado um contexto significativo, suas unidades de implicação, imersão na realidade e produção de uma aplicabilidade do estudo, oferecem-se instrumentos para uma tomada de decisão do estudante.



Se a educação é mediação, isto significa que ela não se justifica por si mesma, mas tem sua razão de ser nos efeitos que se prolongam para além dela e que persistem mesmo após a cessação da ação pedagógica. Considerando-se, como já se explicitou, que dado o caráter da educação como mediação no seio da prática social global, a relação pedagógica tem na prática social o seu ponto de partida e o seu ponto de chegada, resulta inevitável concluir que o critério para se aferir o grau de democratização atingido no interior das escolas deve ser buscado na prática social (Saviani, 2008, p. 61).

Incurso na linha reflexiva, encontra-se a proposição: “A prática escolar consiste na concretização das condições que assegurem a realização do trabalho docente” Libâneo (2011, p. 1). Pensar em uma educação pendular com força de abalo torna-se um ideário educativo, sem assegurar as condições necessárias. É indelével o exercer docente, muito antes de entrar na sala de aula. Tal prática é indivisível de planejamento, tanto quanto formação continuada correlata com o giro real da prática.

Ao assumir o ofício docente, compromete-se com a formação da sociedade, tanto quanto com a continuidade qualitativa da sua. Entrecruzam-se as múltiplas funções dos docentes, uma delas é ensinar. “Um ponto de vista realista da relação pedagógica não recusa a autoridade pedagógica expressa na sua função de ensinar.” Libâneo (2011, p. 16). Tendo o aspecto peculiar de imersão docente, no qual se repertoria para atuar em cenários socialmente prospectivos, torna-se imperativo caminhar com diálogo entre os pares, os discentes e com o meio.

Atualmente, são profusas as propostas formativas, em especial com o uso das tecnologias, amplamente divulgadas. Deste contexto educacional, alargam-se diversas linhas discutíveis. Frente à formação docente, conjectura-se uma pluralidade de hipóteses. Quando tais formações, principalmente a inicial, oferecem repertório teórico sem embasamento contundente, deixam de situar o profissional no todo do ato educativo. Como consequência direta, o profissional forma-se sem a habilidade dialógica de trabalho, a qual o educar financeiramente exige.

Deve-se salientar, ainda, que os conteúdos dos cursos de licenciatura, ou não incluem o estudo das correntes pedagógicas, ou giram em torno de teoria de aprendizagem e ensino que quase nunca têm correspondência com as situações concretas de sala de aula, não ajudando os professores a formar um quadro de referências para orientar a sua prática (Libâneo, 2011, p. 1).

Tais balizadores da prática tramitam no ócio, uma vez que o docente alocado como executor, “Portanto, competência pode significar ação imediata, refinamento do individual e ausência do político, diferentemente da valorização do conhecimento em situação, a partir do qual o professor constrói conhecimento” Pimenta (2012, p. 50). Focar na Educação Financeira



contextualiza-se no giro real. Exemplifica-se no conceito de porcentagem, uma vez apropriado de técnicas de resolução, não garante a construção do intercâmbio de significados deste.

Fomentar estudantes críticos embasados implica na imersão em um cenário educativo reflexivo. Compreende os campos de atuação do educar financeiramente, no qual perpassam pelo giro prático no núcleo familiar, percorrem à formação do cidadão, atrelam-se com repertório para tomada de decisão, dimensiona-se como vasto e amplo. “A transformação da prática dos professores deve se dar, pois, numa perspectiva crítica. Assim, deve ser adotada uma postura cautelosa na abordagem da prática reflexiva, evitando que a ênfase no professor não opere, estranhamente, a separação de sua prática do contexto organizacional no qual ocorre” Pimenta (2012, p. 28). Ao compreender o processo educativo como macro, apontam-se para os seus elementos estruturantes essenciais, como perspectiva crítica e reflexiva.

Ao lecionar com foco na Educação Financeira, torna-se elemento central a leitura das partes imersas no todo, é indispensável questionar-se as origens, os contornos executáveis e o diálogo com o insurgente. “É central, nesta conceptualização, a noção do profissional como uma pessoa que, nas situações profissionais, tantas vezes incertas e imprevistas, atua de forma inteligente e flexível, situada e reativa” Alarcão (2011, p. 44). A prática do ofício docente requer releitura do processo, tanto quanto profissionais em consonância com tal intento.

Docentes produtores do processo, em constante formação. Escola voltada à formação plena e reflexiva, embasa o processo. Manter-se como núcleo funcional, tendo o mote nos bens culturais produzidos, com vistas no porvir, define-se como compromisso maior. Pela escola passa toda a sociedade, fala-se com e para os seus, escreve-se no futuro a leitura dos alcances.

Queremos que os professores sejam seres pensantes, intelectuais, capazes de gerir a sua ação profissional. Queremos também que a escola se questione a si própria, como motor do seu desenvolvimento institucional. Na escola, e nos professores, a constante atitude de reflexão manterá presente a importante questão da função que os professores e a escola desempenham na sociedade e ajudará a equacionar e resolver diferentes problemas (Alarcão, 2011, p. 50).

De forma breve, agregando-se concepções de educação, evidenciou-se a convicção da importância do professor no processo. Contumaz urge refletir e agir, frente à formação inicial e continuada docente, tanto quanto, de meios propícios. O docente, como produtor imerso no processo, deve ter condições de produzir e refletir. Formar ampla requer profissionais comprometidos pedagogicamente, imersos em formação permanente.



3. PRÁTICA

As práticas docentes são polissêmicas e multi-implicadas, conversam com todo o processo formativo, tanto quanto com os contextos de imersão do profissional. Considera-se compreender as complexidades, advindas da atuação do professor, como ação de potencial infindável em vista de análise e propostas. Denota-se como algo amplo e abrangente, dada a complexidade dos fatores nos quais coligam-se e a necessidade constante de ressignificação. Cenários imersivos postos como contemplativos das demandas educacionais, podem necessitar de nova vista estrutural em diversos contextos.

Da mesma forma ocorre na Educação Financeira, ao docente atuante cabe conhecer as demandas educacionais, do sistema de ensino em imersão, estar apropriado das intencionalidades educativas, em diálogo com seu público-alvo. Uma vez externalizando o embasamento teórico, obliterando os caminhos necessários nos quais a cognição do estudante perpassa, o mesmo apenas cumpre a demanda do sistema. Para tanto, se faz necessário, nos estudos com centralidade no educar financeiramente, consonância entre objetivos e estruturas explícitas. Assim com estreitamento direto, nos contornos fomentados descrevem-se, pontos centrais de três práticas, apresentadas de forma acadêmica, como dissertação. Destes, apensam-se os pontos correlatos centrais, nos quais são contributivos, com educar financeiramente.

Na produção de Guimarães (2022) intitulada “Importância da Educação Financeira no Ensino Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, transcorre dentro dos preceitos enunciados. Aborda-se a prática, localizada no cenário de construção de criticidade e análise embasada da Educação Financeira. Tal estudo voltou-se à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a indagação: “Qual a melhor tática para que os indivíduos sejam educados financeiramente?” Guimarães (2022, p. 58). Nesta produção, apresenta-se como avanço de maior expressividade, o situando dentro da intencionalidade. Coloca-se à escola o compromisso de viabilizar uma transformação real. Expressa-se a Educação Financeira, no seu caráter impulsionador da formação da consciência crítica, enquanto subsidiária do processo.

Com pesquisa focada em evidenciar a importância de educar financeiramente nos contextos da família e da escola, decorrem os estudos. Segundo Guimarães (2022), iniciar nos primeiros anos de escolarização a temática financeira impulsiona a formação de consciências e a tomada de decisões. Evidencia-se no estudo referido, como eixo maior, a integração à



sociedade, em vista da saúde financeira. Desta forma, o estudo realizado no âmbito escolar aproxima a reflexão das práticas vinculadas que transcorrem de forma integrada.

No todo implicativo do estudo realizado por Guimarães (2022), um aspecto citado pelo autor por meio de pares acadêmicos referentes urge reflexão. Aponta-se que a construção da relação com dinheiro ocorre até os 5 anos. Na leitura do autor, encontra-se que tal relação impulsiona a repetição de padrões e comportamentos. Estes, quando não confrontados, em termos de ressignificação, podem constituir e consolidar uma tendência.

Em Guimarães (2022), destaca-se ainda a transmissão das bases do educar financeiramente, como advindas do cotidiano familiar, na relação pais e filhos. Por meio destes vínculos, no giro prático diário, as crianças aprendem regulação de impulsos e benefícios da espera. Por meio de pares acadêmicos, esclarece-se que este educar financeiramente pertence às famílias nos países desenvolvidos. Entretanto, no Brasil, tal cultura, segundo o autor, educa financeiramente as famílias. De tais advém a importância de uma Educação Financeira, por meio da escolarização básica. Não adentrar o contexto e deixar de elaborar práticas e estruturas unificadas com o todo educativo podem culminar em consequências determinantes, as quais repercutem na vida do cidadão.

Mas por outro lado, sabemos da responsabilidade da escola como agente transformador nas vidas dos futuros cidadãos. Assim, a escola tem o compromisso de criar maneiras para que essa transformação se concretize. E a Educação Financeira é de extrema importância para que isso aconteça (Guimarães, 2022, p. 58).

Em continuidade aos estudos de Machado (2021), reporta em sua dissertação intitulada “Educação Financeira no Ensino Fundamental na rede estadual do sul de Minas Gerais”, voltada ao Ensino Fundamental com prevalência dos anos finais, a indagação central: “A BNCC aborda a Educação Financeira no Ensino Fundamental?” Machado (2022, p. 46). Neste estudo, os pesquisados foram estudantes, com dados aferidos no decorrer do processo. Registraram-se diferentes níveis de consciência, assim como os saberes que melhor dialogam com o cenário de imersão do estudante. Colocou-se, para o último ano do Ensino Fundamental, fomentar ações de conscientização quanto a produtos financeiros de ética enevoadada, nos quais atrelam de forma disfuncional seus adeptos.

Das presentes tratativas, Machado (2021) a leitura implicada de acordo com o ano de escolarização. Da análise curricular, registram-se indicações formativas. Coloca-se, por meio da leitura implicada, como cada contexto de estudo pode contribuir para a formação do cidadão



todo. Afasta-se a formação, esvaziando-se a criticidade ou o uso instrumental das ferramentas matemáticas. Como visto, encontram-se as habilidades e seu potencial prático formativo.

Para este estudo, recorta-se o tratado por Machado (2021), de forma direcionada aos 5os e 9os anos do Ensino Fundamental. Com as habilidades e competências previstas para o 5º ano do Ensino Fundamental, segundo o autor, é possível integrar a construção de saberes com a vista prática no giro cotidiano. Cita-se alusão a salários e mesadas para contextualizar o ato de poupar recursos financeiros. Oportuniza-se a construção de estratégias para desvencilhar-se de engodos financeiros atrelados a juros.

De acordo com Machado (2021) transita em igual estrutura reflexiva pelos anos subsequentes de escolarização, culminando no último previsto para o Ensino Fundamental. Nesta etapa, a centralidade das práticas denota-se pela conscientização quanto às práticas financeiras, em vista da idoneidade. Instiga-se a localizar na sociedade princípios fraudulentos, exemplifica-se por meio de divulgações de lojas físicas. Concatenar-se em premissa, quanto à formação de tais consciências, poderia evitar ao cidadão ser alvo de golpes.

Na culminância reflexiva, aponta-se como indispensável que tais ações encontrem aporte prático de execução, que não sejam apartadas do fazer docente cotidiano. Em vista geral, Machado (2021) destaca como fundamental o envolvimento e capacitação de professores neste processo de elencar e estruturar contextos práticos. Frisa-se como fundamental construir base teórica, subsidiária da ação prospecta, em integração com os documentos educacionais norteadores. Tais construções repertoriais suscitam formação abrangente e multifacetada, com potenciais para construção de autonomia e consciência cidadã, na etapa final do Ensino Fundamental.

No último ano do ensino fundamental, é preciso incentivar trabalhos de conscientização dos alunos sobre as práticas fraudulentas presentes no mercado, malversação das verbas publicação, pirâmides financeiras disfarçadas em produtos, juros abusivos e vendas casadas incluindo seguros e garantia estendida sem a devida compreensão por parte do consumidor (Machado, 2022, p. 46).

Em continuidade reflexiva quanto às práticas correlatas ao educar financeiramente, coloca-se Kuntz (2019), por meio da dissertação intitulada “A Matemática Financeira no Ensino Médio como fato de fomento da Educação Financeira: Resolução de problemas e letramento financeiro em um contexto crítico”. Com foco investigativo, voltado aos estudantes cursando o Ensino Médio, incorpora-se como problemática central: “É possível promover o desenvolvimento do letramento financeiro e a conscientização de alguns conceitos da Educação



Financeira no Ensino Médio, por meio de uma sequência didática construída no âmbito da Resolução de Problemas?” Kuntz (2019, p. 145). Discorre-se acerca da construção coletiva com os estudantes, nos ditames das bases teóricas da resolução de problemas. Na leitura global dos avanços aferidos, consta enriquecimento repertorial nas devolutivas.

Para tanto, o autor Kuntz (2019) embasa o percurso das práticas em dialéticas, baseia-se em ação, formulação, validação e institucionalização na vertente da Teoria das Situações Didáticas, respaldados nos pressupostos da Engenharia Didática. Por meio de sequências didáticas, aborda-se relacionar conceitos como noções de juros e contextos sociais. Tratou-se com estudantes vinculados ao 3º ano do Ensino Médio. Buscou-se, ao fomentar a Educação Financeira, ressoar a abordagem crítica, à luz da análise do objeto de estudo no contexto social.

Assume-se como substancialmente relevante explicitar como a resolução de problemas se aglutina aos desafios intelectuais. Sendo ponto focal o intento descrito, Kuntz (2019) volta suas leituras e produção para o alcance do letramento financeiro. Entende-se como de suma importância confluir as ações com o diálogo de continuidade. Desta forma, aponta-se para o estudo com uso de ferramentas matemáticas, para ampla compreensão da situação desafiadora, tanto quanto para construir frentes reflexivas, propositivas e questionadoras nos estudantes.

Por meio de problemas, aborda-se a Matemática Financeira em quatro atividades. Em fluxo de continuidade, apresentam-se noções de acréscimo percentual, desconto, juro simples e juro composto. Segundo Kuntz (2019) descreve todo o fluxo do processo imersivo, colocando apontamentos observados, tanto quanto os avanços advindos dos estudantes. Por todo percurso educativo, fomenta-se o educar financeiramente, voltado à construção do letramento financeiro.

Afere-se no processo a identificação de conjecturas expostas pelos estudantes, no viés do letramento financeiro. Quando Kuntz (2019) registra estratégias de resolução com argumentação crítica dos estudantes, compartilha alcances dos avanços observáveis. Ao buscar validar os resultados, confrontando aspectos da consciência crítica e do comprometimento com a cidadania, perpassa-se pela construção de bases repertoriais do letramento financeiro. Nos registros correlatos ao fluxo do processo de imersão, encontram-se, nas descritivas e dados registrados pelos estudantes, pontos pensados de forma integrada nas quatro atividades.

Como dado de continuidade, de acordo com Kuntz (2019), identifica-se transposição didática entre o objetivo pretendido e o alcance aferido. Na última atividade, após validação



das etapas, o estudante ainda questiona o resultado em vista do todo. Na retórica, os dados aferidos, assim como os apontamentos advindos deste, não somam com o giro real no contexto social. Ao colocar-se frente à sua interpretação, o estudante argumenta e embasa o seu pensamento na crítica da imersão social implicada. Tais dados são correlatos aos objetivos globais da Educação Financeira, em vista da construção de literacia e formação crítica cidadã.

Identificou-se na prática percorrida em Kuntz (2019) as vertentes vinculadas ao letramento financeiro. Construiu-se um viés transformador, com estreitamento no educar para cidadania. Nota-se a vertente instrumental da Educação Financeira, a serviço da eficiência e efetividade. Registraram-se corresponsabilidades assumidas nas práticas entre indivíduos, nos contornos da economia comportamental. Na análise dos dados e suas implicações, abordam-se as influências cognitivas, sociais e emocionais acerca do comportamento econômico das pessoas.

Quando os alunos buscaram construir estratégias e até conseguiram de fato, é outro resultado que trazemos, pois entendemos que nas estratégias, os alunos articularam seus conhecimentos prévios, e entendemos isso como um avanço, que, no contexto dos problemas, fomentaram as respostas dos questionamentos. (Kuntz, 2019, p. 145)

Contudo, nota-se a insurgência do educar financeiramente nos ditames do ensino básico. Largos e vastos são os aspectos em construção; entretanto, caminha-se no intuito de construir uma base sólida de conhecimentos. Por meio dos estudos acadêmicos abordados, colocam-se contornos de estudos e imersão, os quais, somados, caminham na escolarização obrigatória.

Destacou-se a importância de educar financeiramente desde a fase inicial da escolarização obrigatória, Educação Infantil. Tais ações justificam-se pelas características da faixa etária, na qual constroem repertório em diálogo com o porvir da formação e tomada de consciência. Enfatizou-se o papel fundamental da família; tal fato reforça a necessidade de ações educativas. Completa ainda salientar que o ato educativo de educar financeiramente na família não se constitui como um hábito intencional no cenário brasileiro.

Neste mesmo direcionamento reflexivo, colocaram-se ações voltadas ao Ensino Fundamental. Articulando-se a formação dos professores com demandas curriculares educacionais e consciência crítica reflexiva, construiu-se o percurso metodológico. Expressaram-se aspectos inovadores ao construir demandas correlatas aos fomentos educacionais, no viés crítico e reflexivo, para fins de construção de literacia financeira. Como grande potencial formativo, destaca-se a vinculação das ações entre os anos escolares e os avanços conceituais e de construção social advindos.



Na última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, as vertentes reflexivas foram alargadas. Abordaram-se os conceitos matemáticos, com objetivos de formação da consciência crítica. Tratou-se com estudantes do ano concluinte da escolarização básica acerca de temática de relevância central na imersão social. Ao manifestar-se o estudante, em confronto com suas conclusões de análise e giro prático, descreve a essência da literacia financeira. Nota-se grande avanço em questões repertoriais, ao nível de uso aplicado e consciente das ferramentas matemáticas, apartadas de fins subservientes.

Assim, colocam-se pontos expressivos, correlatos aos fomentos legais da Educação Financeira. Dado o caráter de construção da Educação Financeira, os desafios educacionais e contemporâneos potencializam-se. Entretanto, refletir sobre os dados implicados, com novas fontes de estudo, é vital para uma abrangência na Educação Básica da construção de literacia. Ser ensinado da forma como cada um aprende é um direito; repertoriar-se de saberes em diálogo com as suas demandas atuais e futuras, de contexto de vida e imersão social, também configura como direito. Desta forma, a Educação Financeira integra-se e contribui neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saber, os aspectos múltiplos do exercer docente, nos contextos da Educação Financeira, ministrada na Educação Básica, desdobraram-se à vista de investigação acadêmica. Ao abordar os contextos de insurgência e imersão da temática, vincula-se à forma como estrutura e intencionalidades educativas, explícitas e implícitas. Articula-se então com as potencialidades, no cunho da formação docente, inicial e continuada. No viés da construção da literacia financeira, em consonância com o tratado, apresentam-se práticas correlatas por meio de pontos centrais, compartilhadas no formato de dissertação.

Evidencia-se como as bases de insurgência do educar financeiramente, iniciadas em solo estrangeiro, imbricam-se com as insurgências do cenário nacional. Notadamente nos caminhos educativos percorridos, espelham-se as demandas de seus proponentes. Uma vez incursa nos documentos educacionais, descreve-se sem suscitar giro real prático articulado, para uma prática articulada no giro real do ensino básico.

A compor tal cenário, encontra-se a formação docente, quanto apartada do formar consciências e potencializar a criticidade, reflete por todos os processos educativos. Ter como



intencionalidade educar financeiramente, em termos de formação do cidadão, requer reflexão permanente. Construir literacia financeira aporta sua semântica em formar para a sociedade, em termos de construção de consciência e autonomia. Literacia financeira suscita processo de construção intencional; para tal, formação docente inicial e continuada.

Entretanto, caminha-se no exercer da Educação Financeira, em vista dos âmbitos abordados. Com práticas descritas de forma acadêmica, nos contextos da Educação Básica, erguem-se frentes de ação e reflexão. Nota-se o quanto a intencionalidade articulada, desde os primeiros anos de escolarização, é eixo norteador da construção de consciências. Da mesma forma, no Ensino Fundamental, o potencial criativo e crítico oportuniza embasamento subsidiário da consciência cidadã. No confluir do processo, os componentes do educar financeiro integram-se e ressignificam-se, em termos de conceitos e construção de repertório.

Desta forma, nota-se como importante e indissociável compreender as implicações no cenário educacional da Educação Financeira, de forma refletida com a formação docente. Práticas no cunho da formação crítica já encontram registros no universo acadêmico. No entanto, faz-se necessário ampliar os alcances obtidos. Apontar para a aquisição de literacia financeira requer ressignificação constante.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. A formação do professor reflexivo. ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3401, de 2004**. Dispõe sobre a criação da disciplina da Educação Financeira. Brasília, DF, 21 fev 2024. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=250412>. Acesso em: 9 ago. 2026.

FREIRE, Paulo. (2007). **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra.

GIROUX, Henry. (1997) **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas.

GOV PT. Histórico. **Delegação Permanente Junto da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico**, 1 maio. 2026. Disponível em: <https://ocde.missaoportugal.mne.gov.pt/pt/ocde/historia>. Acesso em 09 out. 2026.

GUIMARÃES, Renata Franca. **Importância da Educação Financeira no Ensino Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática



em Rede Nacional) - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - Teófilo Otoni, pp. 58. 2022.

KISTEMANN JÚNIOR, Marco Aurélio. Economização, capital humano e literacia financeira na ótica instrumental da OCDE e da ENEF. CAMPOS, C. R.; COUTINHO, C. Q. S. **Educação Financeira no contexto da Educação Matemática**, Taubaté: Akademy 2020. p. 15 – 200.

KUNTZ, Eduardo Ribeiro. **A Matemática Financeira no Ensino Médio como fato de fomento da Educação Financeira**: Resolução de problemas e letramento financeiro em um contexto crítico. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, p. 154. 2019)

LIBÂNEO, José Carlos. (2011) **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola.

MACHADO, Luan Moreira. **Educação Financeira no ensino Fundamental da Rede estadual do Sul de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação, Conhecimento e Sociedade) - Universidade do Vale do Sapucaí. Minas Gerais, p. 46 . 2021.

PIMENTA, Selma Garrido (2012). Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: Pimenta, Selma Garrido, Ghedin, Evandro. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas. Autores Associados, 2008.

SILVA, Amarildo Melchiades da; POWEEL, Arthur Belford. Educação Financeira na Escola: A perspectiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Boletim GEPEM**, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/gepem.2015.024>. Acesso em: 02 fev. 2024.